



Vamos Conhecer o que faz o Social?

Assistência Social, é o ato de proteger quem necessita ou, está vulnerável. Tal vulnerabilidade pode ser econômica, física, emocional ou social.

É **direito** constitucional de cada brasileiro, logo, **dever** do Poder Público. Não deve ser confundida com assistencialismo, ligado a favor ou caridade, comum em nossa sociedade de matriz judaico-cristã.

A Assistência Social no Brasil é **pública**: não é responsabilidade pessoal nem de iniciativa privada, deve ser financiada e gerida pelo Estado através de políticas públicas; **participativa**: existem momentos em que a sociedade civil participa das decisões; **gratuita**: nenhum dos serviços socioassistenciais ofertados poderá ser cobrado.

Envolve diversos serviços e programas que, **obrigatoriamente**, deverão ser oferecidos pelos municípios, que deverá disponibilizar parte dos seus recursos e que ainda receberá verbas federais e estaduais para que possa executá-los.

O Sistema Único da Assistência Social - SUAS

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, art.194, a **Assistência Social**, ao lado da **Saúde** e da **Previdência**, passou a integrar as políticas públicas de proteção social dos brasileiros, formando o tripé conhecido como **SEGURIDADE SOCIAL**. **Saúde** para todos, **assistência** para quem necessita, **previdência** para o que contribui.

Cinco anos após a Constituição foi publicada a Lei 8.742/93 (LOAS) que regulamentou o art. 194. Em 2004 foi aprovada a Política Nacional da Assistência Social, por meio da Resolução 15 do CNAS, visando padronizar o enfrentamento das vulnerabilidades sociais no país e dar-lhe uma continuidade, mesmo havendo alternância na gestão pública.

Em 2005 foi criado o Serviço Único da Assistência Social - **SUAS**, por meio da Resolução 130 do CNAS, que é inspirado no seu irmão gêmeo, o **SUS**.

Para ter aplicabilidade em todo país, o SUAS foi regulamentado pela Lei 12.435/11, tornando-se **obrigatório, padronizado e continuado** em todos os municípios do Brasil.

Este histórico indica que a Assistência Social tem avançando e se aperfeiçoado no país, ainda que tenha uma história recente de conquistas.

Os recursos da Assistência Social

A gestão do SUAS é **compartilhada** entre os entes públicos. Em regra, a União normatiza, o Estado treina e fiscaliza, o Município executa e presta contas.



Os recursos também são compartilhados. Cada ente público disponibiliza valores para manutenção do SUAS. Isso é chamado de **cofinanciamento**.

Para receber verbas federais e estaduais o município precisa ter **CPF**, ou seja: a) **C**onselho Municipal de Assistência Social; b) **P**lano Municipal de Assistência Social; e, c) **F**undo Municipal da Assistência Social.

O **CONSELHO** Municipal-CMAS, é formado por representantes da Prefeitura e das Organizações da Sociedade Civil, de modo paritário. É deliberativo, propositivo e fiscalizador da Secretaria Social e do Fundo. Esta é uma das formas pelas quais a sociedade civil pode participar nas políticas públicas do social.

O **PLANO** é o planejamento de como deverão ser gastos os recursos e executados os programas e serviços da Secretaria Social, de forma a alcançar maior eficácia e dar continuidade aos trabalhos, ainda que mude a gestão. É elaborado pelos técnicos do Social em parceria com o Conselho Municipal, de acordo com as normativas.

O **FUNDO** é um CNPJ criado para a Secretaria Social ter personalidade jurídica, receber e gastar os recursos conforme o Plano. Tendo CNPJ, abre conta bancária exclusiva para receber as verbas federais e estaduais, que não irão passar pelas contas da Prefeitura. É o chamado **fundo a fundo**. Visa facilitar a gestão. Por isso, precisa ter um **Gestor** nomeado pelo Prefeito, que deverá ser o **Secretário** do Social.

Quais vulnerabilidades a Assistência Social visa proteger

A prioridade do SUAS é a **sobrevivência** das famílias e dos indivíduos. Para isso, disponibiliza **BENEFÍCIOS EVENTUAIS**, como: cesta básica, aluguel social, auxílio funeral, ônibus para cortejo fúnebre, auxílio migrante, isenção de taxas para documentos. E, **BENEFÍCIOS CONTINUADOS**, como: Bolsa Família, BPC para Idosos, BPC para Pessoas Com Deficiência.

Os benefícios continuados são valores repassados mensalmente pelo Governo Federal diretamente na conta do beneficiário que se enquadra no perfil de vulnerabilidade social estabelecido pelas normativas. A inclusão, exclusão e fiscalização dos que estão aptos a receber, ou não, o benefício, compete à Secretaria Social por meio do Cadastro Único.

O SUAS também prioriza a **acolhida** de pessoas em situação de rua, e as que perderam os vínculos familiares, como: crianças, adolescentes, idosos, os totalmente dependentes físico e psicologicamente.

Por fim, o SUAS **promove** ações que visam fortalecer ou resgatar os vínculos familiares e comunitários, através de oficinas, palestras e atendimentos regulares.



Os três níveis de proteção da Assistência Social

- 1. Proteção Social Básica.** Desenvolve ações de prevenção a situações de risco social. O público prioritário é a população que se encontra em áreas vulneráveis ou cujos direitos estão sendo violados por abandono, maus-tratos, abuso sexual. Este serviço é executado no equipamento conhecido como **CRAS**. O posto de saúde no SUS é equivalente ao CRAS no SUAS, é a porta de entrada para as demandas sociais.
- 2. Proteção Social Especial de Média Complexidade.** Atende famílias e indivíduos que já tiveram os direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos. Este serviço é executado no equipamento conhecido como **CREAS** e no conhecido como **Centro Pop**. Eles são equivalentes a UPA no SUS.
- 3. Proteção Social Especial de Alta Complexidade.** Atende famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos que precisam ser retirados de seu ambiente familiar ou comunitário. Pode ser executado diretamente pela Secretaria Social ou por parceiros da Sociedade Civil. Este serviço é executado nas unidades de acolhimento, como: abrigos de crianças e adolescentes, casa-lar, abrigo de idosos, residência inclusiva, casa de passagem, albergue. São equivalentes ao Hospital ou CTI no SUS.

Responsabilidades Sociais do Município de Ibirité

Ibirité é considerado pelo Ministério do Desenvolvimento Social município de grande porte, porque tem cerca de 180mil habitantes segundo o censo do IBGE 2014. Sua gestão é plena, por isso, obrigatoriamente:

- Precisa ter e manter ativo, no mínimo:
 - 04 Cras;
 - 01 Creas;
 - 01 Centro Pop;
 - 02 Centros de Convivência;
 - 02 Conselhos Tutelares;
- Precisa ter o Gestor do Fundo nomeado, que deverá ser o Secretário do Social;
- Precisa executar os três níveis de proteção (básica, média e alta);
- Precisa manter atualizado o Cadastro Único das famílias do município;
- Precisa manter regular e ativo o Conselho Municipal -CMAS;
- Precisa fazer a gestão do Bolsa Família e BPC.

A Secretaria Social de Ibirité implantou em 2018 seu **5º CRAS** na região da Vila Ideal. Conta agora com um equipamento da Proteção Básica a mais que o exigido.



Portanto, como requer as normativas, tem, e mantém ativo: 05 Cras; 01 Creas, 01 Centro Pop, 01 Serviço de Abordagem Social; 01 Serviço de Alta Complexidade; 10 Serviços de Convivência (08 a mais que o exigido, sendo 07 por execução própria e 03 em parceria).

Aderiu e está executando os programas: PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), e ASSESSUAS (Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho).

O Gestor do Fundo é o Secretário Social e o Secretário Adjunto. Os três níveis de proteção estão sendo executados. O Cadastro Único segue atualizado, assim como os benefícios do Bolsa Família e BPC, que estão em dia, sendo geridos de modo eficaz.

Dispõe hoje de 02 Conselhos Tutelares, e está trabalhando para implantar o terceiro. No ano de 2018 trabalhou para alterar a Lei Municipal 2148/15 que criou **2 novos Conselhos Tutelares** (só havia um Conselho Tutelar implantado). Ainda em 2018 realizou a eleição e implantou o 2º Conselho Tutelar, que atende na região do Bairro Durval de Barros e está em pleno funcionamento.

O Município mantém em regular funcionamento o Conselho Municipal de Assistência Social, e possui ainda outros Conselhos de Direito, como: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, o Conselho Municipal do Idoso - CMI, o Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas - COMAD e, o Conselho da Mulher. Todos com participação paritária de pessoas da Prefeitura e da Sociedade Civil.

Tem como desafios para o biênio 2019-20, implantar:

- a. Dois CRAS Volante na região do bairro Marilândia e Ouro Negro;
- b. O 3º Conselho Tutelar;
- c. O Observatório da Vigilância Socioassistencial;
- d. O Programa Família Acolhedora;
- e. O Programa de Adoção e Apadrinhamento;
- f. Regulamentar a Lei do SUAS no município.

A Assistência Social vista através dos números

Não obstante a grande importância da Assistência Social, cujas ações e resultados são capazes de definir uma eleição, dando maior visibilidade que a Saúde, Educação ou Obras a qualquer gestão, os números indicam a necessidade de avanço em termos de investimento.

Para que se tenha uma ideia da importância numérica dada ao social, avaliemos o Orçamento do Município de Ibirité para 2019.



O valor global aprovado foi de 348 milhões. A Saúde recebeu 102 milhões (29,54%), a Educação recebeu 88 milhões (25,49%). Juntas, representam 55,03%. O social recebeu 11 milhões (3,15%) do Orçamento. Comparado, representa 10% dos recursos destinados a Saúde, e 12% dos recursos destinados a Educação.

Tabela 01 - Orçamento Global Anual Aprovado

Beneficiário	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Educação	75.139.558	25,05%	80.447.464	25,87%	86.184.233	25,78%	88.820.251	25,49%
Saúde	95.802.000	31,93%	90.000.000	28,94%	100.000.000	29,91%	102.940.000	29,54%
Social	8.928.000	2,98%	8.910.458	2,86%	10.188.409	3,05%	10.967.556	3,15%
Meio Ambiente	28.436.000	9,48%	27.866.036	8,96%	23.507.263	7,03%	24.801.822	7,12%
Obras	16.479.000	5,49%	16.015.000	5,15%	13.793.074	4,13%	16.367.595	4,70%
Esportes	4.000.000	1,33%	3.635.000	1,17%	3.536.050	1,06%	3.468.663	1,00%
Outras	71.215.442	23,74%	84.126.042	27,05%	97.090.972	29,04%	101.080.252	29,00%
Orçamento	300.000.000	100,00	311.000.000	100,00	334.300.000	100,00	348.446.139	100,00

Deve-se considerar ainda que, do valor total destinado à Secretaria Social no Orçamento, somente 6,5 milhões sairão dos cofres municipais, o que corresponde a 1,8% do valor global do Orçamento. Isto porque com o cofinanciamento, 3 milhões virão do governo federal (27%), 800 mil do governo estadual (8%), e, 600 mil de captação feita pelas entidades ligadas aos Conselhos da Criança e do Idoso (5%).

Tabela 02- Composição do Orçamento pelo Cofinanciamento

Descrição	Valor	%
Recursos Federais	3.044.079	27,76%
Recursos Estaduais	835.068	7,61%
Recursos Municipais Folha e Encargos	2.980.650	27,18%
Verbas Municipais Gerais	3.507.759	31,98%
Verbas Captação Fundos	600.000	5,47%
Total	10.967.556	100,00

Outro dado importante é que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00) limitou os gastos do governo com pessoal (salários e encargos) em 50% do Orçamento. Quanto ao Social, o gasto previsto com pessoal é de 3 milhões, compromete 27% da sua rubrica, demonstrando responsabilidade fiscal e social.

Nos últimos anos o poder público em geral tem aprovado orçamentos deficitários, gasta mal o dinheiro público e acima do que arrecada. Neste cenário, a Secretaria Social tem procurado dar exemplo de austeridade e responsabilidade, gastando nos limites propostos e aplicando os recursos conforme o Plano. Alcança êxito sem ser deficitária.



Pode-se afirmar que, mesmo representando uma das menores fatias no Orçamento Global segundo os números do biênio 2017-18, o Social tem feito o dever de casa, gastando menos que o previsto. Em dois anos representou 24% de saldo positivo.

Tabela 03 – Despesas previstas x Realizadas

Orçamento Social	Previsto	Realizado	Real %	Não gasto%
Despesas Gerais 2017	6.126.650	5.030.056	82,10%	17,90%
Salários e Encargos 2017	2.784.100	2.694.676	96,79%	3,21%
Total no Exercício 2017	8.910.750	7.724.732	86,69%	13,31%
Despesas Gerais 2018	7.105.559	5.867.784	82,58%	17,42%
Salários e Encargos 2018	2.980.650	3.106.101	104,21%	- 4,21%
Total no Exercício 2018	10.086.209	8.973.885	88,97%	11,03%

Em cenário de crise, as demandas sociais tendem a crescer na proporção em que os recursos diminuem. Foi neste cenário que a Secretaria Social, não obstante ter gastado menos do que o previsto, ampliou serviços, implantando o 5º CRAS e o 2º Conselho Tutelar. Além disso, aumentou os valores das *per captas* pagas nas parcerias. Tais parcerias representam 22% da sua rubrica (Tabela 04), o que corresponde a 2,3milhões. Esta foi uma experiência prática de **economia sem retrocesso**.

Tabela 04 - Composição do Orçamento Para 2019

Descrição	Valor	%
Salários e Encargos 2019	3.407.650	31,00%
Repases para Parcerias	2.391.737	21,81%
Demais Despesas Sociais	5.168.169	47,19%
Total	10.967.556	100,00%

Destaca-se também que a Secretaria Social contribuiu para fazer circular no biênio 2017-18 em Ibirité, o montante de 91milhões de reais. Estes valores são oriundos dos programas sociais por ela gerenciados, que incluem o Bolsa Família e o BPC.

Tabela 05 – Recursos Circulando no Município dos Programas Sociais

Descrição	2016	2017	2018
Repasse Bolsa Família	14.192.381	16.971.109	22.410.142
Repasse BPC de Idosos	10.576.497	11.628.803	12.540.091
Repasse BPC de PCD	12.007.001	13.467.910	14.025.756
Total	36.775.879	42.067.822	48.975.989



Segundo o IBGE, o PIB de Ibirité é 0,13% oriundo da agricultura, 27,58% da Indústria e 72,29% do Comércio/Serviço. Neste caso, os 91 milhões em circulação fortaleceu o principal PIB ibiriteense. Contribuiu para gerar emprego, renda, e melhorar a vida dos 180mil habitantes, dos quais, cerca de 60mil, ou 30%, estão vivendo na extrema pobreza, sendo atendidos por nossos serviços e programas sociais.

Nem sempre os números podem medir e indicar a verdadeira grandeza e importância de um trabalho social sério e comprometido. Entendemos que é necessário avançar na compreensão acerca da importância da Assistência Social. É possível provar pelos números que o avanço nas políticas sociais impacta positivamente todas as demais políticas. Neste caso, ela é essencial para uma gestão responsável e promotora da igualdade social.

O Social em ação

A Secretaria Social é composta de cerca de 150 servidores, entre Técnicos e Administrativos, que estão distribuídos nos diversos equipamentos, programas e serviços, sendo gerenciados pelo Gestor da Pasta.

Dos benefícios sociais, distribuí regularmente **66 alugueis sociais**. Sendo: 48 da chamada Ocupação Barreirinho, e, 18 para vítimas da chuva, cujas casas foram desapropriadas pela Defesa Civil. O valor do aluguel é determinado em Portaria e segue no valor de **R\$400 reais** cada. Isso corresponde a um montante de R\$26.400 mil/mês e R\$316.800 mil/ano de desembolso com este benefício.

Distribuí regularmente cerca de **300 cestas básicas**, estipuladas no valor de R\$80 reais. Isso corresponde a um montante de R\$24.000 mil/mês e R\$288.000 mil/ano de desembolso com este benefício. Recentemente, firmou acordo com o CDL e deixará de disponibilizar a Cesta Básica física padrão. Estará concedendo o **Cartão Cesta Social**, ele requer número do CPF e NIS, trazendo assim, maior dignidade ao usuário, organização e transparência à Gestão.

Quanto ao benefício eventual de **Auxílio Funeral e Ônibus para cortejo fúnebre**, foram disponibilizados recursos da ordem de R\$180mil reais, tendo sido atendidos por este benefício cerca de 155 famílias enlutadas, no ano de 2018.

Foi conquistado para os idosos do município, o benefício da gratuidade em viagens interestaduais. Eles estão recebendo a Carteira para usufruir do benefício.

Em 2018 circularam em nossos Equipamentos cerca de 62mil usuários, o que corresponde a 5.100mil usuários/mês. Estes dados são oficiais, e constam nos relatórios



enviados mensalmente pela Secretaria ao MDS por meio do RMA (Sistema de Registro Mensal de Atendimentos).

Estamos realizando importantes ações de combate à Pedofilia e todas as formas de Violência contra Crianças e Adolescentes. Assim, foram feitas passeatas, a formação de uma Rede de Enfrentamento composta por órgãos de Segurança Pública (PM/PC), Vara da Infância, MP, Parceiros da Sociedade Civil, Saúde, Educação. Desde então, contabilizamos 48 casos de abusos denunciados, os quais estão sendo acompanhados para apoio às vítimas e responsabilização penal dos abusadores acusados. Destacamos que esta luta não está sendo empreendida sem que constantes ameaças sejam feitas àqueles que estão encabeçando a luta.

Contamos com a importante coordenação da Vigilância Socioassistencial responsável pelo Plano, Mapa de vulnerabilidade do município, e que apresenta diversos diagnósticos e estatísticas sociais que ajudam a Gestão na implementação de ações que visam tornar o Social cada vez mais eficaz no Município. Contamos também com uma Coordenação da Proteção Básica, uma da Especial e outra do Serviço de Convivência.

Auxiliamos o Município na implantação do MROSC (Marco Regulatório – Lei 13.019/14), na orientação às Entidades e outras Secretarias da Prefeitura, no acompanhamento e implementação da nova legislação. Dando Palestras e formando Grupo de Trabalho para o desempenho das ações.

Dificuldades financeiras

No cofinanciamento, o Estado arca com a menor parcela. Ainda assim, está em débito com o município. Não repassou parcelas de 2016, 2017 e todo o ano de 2018 do chamado Piso Mineiro. Isso representa um montante de cerca de um 1,2milhão de reais a menos de recursos para os trabalhos sociais.

A União, que disponibiliza maior fatia que o Estado, faz os repasses, porém, de forma irregular. Deve parcelas que totalizam R\$750 mil reais a menos de recursos para os trabalhos sociais. Destaca-se que os valores recebidos pelo município para execução dos serviços pactuados no SUAS são os mesmos desde sua implantação no ano de 2015, sem qualquer reajuste, tanto por parte da União quanto por parte do Estado.

O município segue como o Ente federativo mais penalizado. Além das dificuldades enfrentadas para planejamento dos serviços face às irregularidades ou aos não repasses, assume a maior fatia financeira e não pode deixar de cumprir sua parte. Arca com o ônus da execução, tem o contato mediato com os usuários, é impactado com as demandas



sociais que crescem na proporção em que os recursos diminuem. Não obstante, tem heroicamente cumprido sua responsabilidade social.

Desembolsos com Parcerias

Destaca-se também que diversos serviços de responsabilidade da Pasta Social, não são executados diretamente, mas, por meio de parcerias. Abaixo uma tabela com as OSCs, os tipos de serviços pactuados, a *per capita* e o valor do previsto para 2019.

Tabela 06 – Desembolsos financeiros das Parcerias no Cofinanciamento

Entidade	Federal	Estadual	Municipal	Total ano 2018	Vgs	Per capita	Serviço Prestado
Centro Libertação Mulher Trab	180.000	-	126.000	306.000	17	1.500,00	Abrigo 0-12anos m/f
Centro Espírita Maria Nazareth	115.200	-	100.800	216.000	12	1.500,00	Abrigo 12-18anos m
Centro Espírita Maria Nazareth	100.800	-	79.200	180.000	10	1.500,00	Abrigo 12-18anos f
Associação Casa do Caminho	300.000	18.000	432.000	750.000	25	2.500,00	Abrigo Idosos
Creche Bom Pastor	480.000	-	240.000	720.000	50	1.200,00	Residência Inclusiva
Associação Pestalozzi	146.488	-	73.250	219.738	210	87,20	Centro Dia
Centro Espírita Maria Nazareth	37.000	-	13.000	50.000	30	138,89	SCFV Idosos
Istituto Oásis	37.000	-	13.000	50.000	30	138,89	SCFV Idosos
Istituto Oásis	48.000	24.000	72.000	144.000	300	40,00	SCFV Idosos
TOTAIS	1.444.488	42.000	1.149.250	2.635.738			

Transparência e responsabilidade financeira

Tudo isso representou os gastos que apresentamos a seguir como forma de Prestação de Contas e transparência das movimentações ocorridas anos de 2016 a 2018, de modo comparativo e analítico e sintético

Apresenta-se na Tabela 07 a Prestação de Contas Financeira Sinetética dos recebimentos e gastos ocorridos nos anos de 2016 a 2018.

Tabela 07 – Comparativo Financeiro Sintético

Exercício >>>		2016	2017	2018
RECURSOS PASTA SOCIAL		7.074.522	6.664.184	6.853.347
	Saldo Anterior	1.720.201	1.316.177	1.634.128
01	Recursos Federais	2.912.499	2.980.287	2.822.713
02	Recursos Estaduais	392.628	234.534	34.089
03	Recursos Municipais	1.930.422	2.072.146	2.331.737
04	Rendimento Aplicação	118.772	61.040	30.678



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social



DESPESAS SUAS MUNICIPAL		5.758.345	5.030.056	5.867.784
01	Recursos Humanos	1.487.297	1.259.876	1.651.785
02	Despesas Manutenção do Serviço	689.544	266.460	412.442
03	Tributos	2.243	7.545	6.258
04	Permanente	100.040	188.654	177.528
05	Eventos e Programas Sociais	255.914	186.829	258.435
06	Benefícios Eventuais	701.293	652.350	793.208
07	Parcerias Terceiro Setor	2.522.014	2.468.342	2.568.128

TOTAIS

Entradas	7.074.522	6.664.184	6.853.347
Gastos	5.758.345	5.030.056	5.867.784
Disponível	1.316.177	1.634.128	985.563

Apresentamos a seguir a Prestação de Contas dos recebimentos e gastos ocorridas nos anos de 2016 a 2018, de modo comparativo e analítico.

Tabela 08 – Comparativo Financeiro Analítico

Exercício >>>		2016	2017	2018
RECURSOS PASTA SOCIAL		7.074.522	6.664.184	6.853.347
01	Saldo Anterior	1.720.201	1.316.177	1.634.128
02	Proteção Social Básica	963.154	931.599	851.700
03	Proteção Social Especial	1.481.273	1.603.210	1.383.191
04	IGD-Suas	62.228	76.160	36.238
05	IGD-Bolsa Família	250.170	261.417	471.585
06	Programa Peti	124.500	107.900	-
07	Acessuas do Trabalho	31.174	-	80.000
08	Piso Mineiro Variável	180.000	30.000	-
09	Piso Mineiro Fixo	204.534	204.534	34.089
10	Medidas Sócio Educativas	8.094	-	-
11	Fundo Municipal	1.624.522	1.760.146	1.952.964
12	Fundo Municipal - Defesa.Civil	305.900	312.000	378.773
13	Rendimento Aplicação	118.772	61.040	30.678

DESPESAS GLOBAIS SUAS MUNICIPAL		(5.758.345)	(5.030.056)	(5.867.784)
01	RH-Salários dos Programas e Recisões	(1.095.758)	(926.340)	(1.220.493)
02	RH-Encargos dos Programas	(391.539)	(333.535)	(431.292)
03	Despesas Viagens e Capacitação	(14.659)	(7.468)	(6.462)
04	Despesas Água	(11.046)	(15.601)	(20.555)
05	Despesas Energia Elétrica	(39.962)	(39.532)	(42.744)
06	Despesas Telefone	(15.998)	(19.120)	(25.051)
07	Despesas Correios	(15.698)	(15.227)	(27.637)
08	Despesas Internet	(18.980)	(16.817)	-
09	Despesas Cópias e Reprografia	(25.058)	(20.060)	(37.611)
10	Despesas Tarifa Bancária	(4.310)	(3.386)	(1.401)
11	Despesas Material Escritório	(81.378)	(4.113)	(57.160)
12	Despesas Material Limpeza	(47.611)	(17.029)	(19.828)
13	Despesas Material Divulgação	(34.177)	(3.583)	(17.685)
14	Despesas Combustível	(33.499)	-	-
15	Despesas Reforma e Construção	(244.017)	-	(48.647)
16	Despesas Aluguel	(103.150)	(104.524)	(107.661)
17	Iptu+Ipva+Seguro Dpvt	(1.677)	(4.746)	(1.911)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social



18	Multas (Trânsito / Dctf)	(565)	(2.799)	(4.347)
19	Permanente Móveis e Eletro Domésticos	(100.040)	(34.430)	(11.548)
20	Permanente Computadores e Periféricos	-	(58.205)	(15.915)
21	Permanente Veículos	-	(77.900)	(132.350)
22	Permanente Placas de Identificação	-	(18.119)	(17.715)
23	Lanches de Programas e Eventos	(196.213)	(158.160)	(201.251)
24	Eventos e Programas Sociais	(59.700)	(28.669)	(57.184)
25	Benefício Eventual - Ônibus Velório	(76.637)	(28.523)	(57.788)
26	Benefício Eventual - Aluguel Social	(320.490)	(311.800)	(342.800)
27	Benefício Eventual - Cesta Básica	(43.775)	(171.812)	(176.162)
28	Benefício Eventual - Funerária	(164.180)	(91.330)	(121.470)
29	Benefício Eventual - Curso Aprendizagem	(47.299)	-	-
30	Benefício Eventual - Auxílio Migrante	(2.190)	(11.093)	(2.029)
31	Benefício Eventual - Ap.Ortopédicos	(46.723)	(37.793)	(92.959)
32	Parcerias Terceiro Setor	(2.522.014)	(2.468.342)	(2.555.657)
33	Encerramento Programa Social Medidas	-	-	(12.470)

TOTAIS

Entradas	7.074.522	6.664.184	6.853.347
Gastos	(5.758.345)	(5.030.056)	(5.867.784)
Disponível	1.316.177	1.634.128	985.563

Conclusão

Desde 2016, o cenário no país é de crise: econômica, moral e política. Tal fato afeta a sociedade civil e também o governo em todas as esferas. Reafirmamos que em cenário de crise, as demandas sociais tendem a aumentar enquanto os recursos tendem a diminuir. O município, dentre os entes da federação, é o mais afetado.

As Políticas da Assistência Social foram construídas com muito diálogo, trabalho e luta ao longo dos últimos anos, fato que culminou com a criação do Serviço Único da Assistência Social, tendo como coluna a celebração de um pacto entre os entes federativos, envolvendo a distribuição de responsabilidades, sobretudo no que tange aos repasses financeiros de recursos.

O grande desafio do SUAS é a vinculação constitucional, como ocorre com a Educação e a Saúde. O SUAS está no alto escalão dos nobres serviços prestados a sociedade brasileira. Se tiver a vinculação constitucional deixará de sofrer os impactos advindos das mudanças econômicas e das mudanças de legendas políticas.

Segue, portanto, os avanços e desafios do SUAS no cenário nacional e, em particular, no cenário de Ibitaré. Como visto grandes são os desafios para os próximos anos, porém, acreditamos que continuaremos a avançar na construção de uma administração cada vez mais humana.